

Contas Nacionais Trimestrais Por Setor Institucional (Base 2011)

1º Trimestre de 2017

Capacidade de financiamento da economia aumentou para 1,5% do PIB

A capacidade de financiamento da economia situou-se em 1,5% do Produto Interno Bruto (PIB) no ano terminado no 1º trimestre de 2017, 0,1 pontos percentuais (p.p.) superior à observada no trimestre anterior.

Esta evolução traduziu comportamentos distintos dos setores institucionais residentes. Registaram-se melhorias no setor das Administrações Públicas (AP), cuja necessidade de financiamento diminuiu 0,3 p.p., passando de 2,0% do PIB no ano acabado no 4º trimestre de 2016 para 1,7%, e no setor das sociedades não financeiras, cuja capacidade de financiamento aumentou 0,2 p.p., para 0,6% do PIB. O saldo correspondente às sociedades financeiras estabilizou em 2,2% do PIB. A capacidade de financiamento das famílias diminuiu 0,3 p.p., para 0,5% do PIB no 1º trimestre de 2017. Esta redução refletiu a evolução da taxa de poupança das Famílias que se fixou em 3,8%, menos 0,5 p.p. que no trimestre precedente, em resultado do crescimento mais elevado da despesa de consumo final comparativamente com o do rendimento disponível (1,0% e 0,5%, respetivamente).

Tomando como referência valores trimestrais, e não o ano acabado no trimestre, o saldo das AP situou-se em cerca de -965,6 milhões de euros no 1º trimestre de 2017, correspondendo a -2,1% do PIB (-3,3% em igual período do ano anterior). Refira-se que o saldo das AP no 1º trimestre de 2017 não inclui qualquer impacto da recapitalização da Caixa Geral de Depósitos, visto que o tratamento estatístico desta operação está em análise.

Os resultados apresentados correspondem à versão preliminar das Contas Trimestrais por Setor Institucional (CTSI) do 1º trimestre de 2017.

Os agregados de Contas Nacionais estão expressos exclusivamente em termos nominais e não estão ajustados de flutuações sazonais e de efeitos de calendário.

Salvo indicação em contrário, a análise descritiva e os gráficos que a seguir se apresentam, referem-se ao ano acabado no trimestre de referência, o que permite eliminar flutuações sazonais e reduzir o efeito de oscilações irregulares. Na comparação de trimestres consecutivos são, em regra, utilizadas taxas de variação em cadeia entre o ano acabado em cada trimestre e o ano terminado no trimestre precedente.

Além dos quadros em anexo a este destaque, é possível aceder a informação adicional na área de [Contas Nacionais](#) do Portal do INE:

**Capacidade de financiamento da economia
aumentou para 1,5% do PIB**

A economia Portuguesa registou uma capacidade de financiamento de 1,5% do PIB no 1º trimestre de 2017, mais 0,1 p.p. que no trimestre anterior. O RNB aumentou 0,8%, em resultado do acréscimo do PIB nominal em 0,9%, que mais do que compensou o agravamento do saldo dos rendimentos de propriedade.

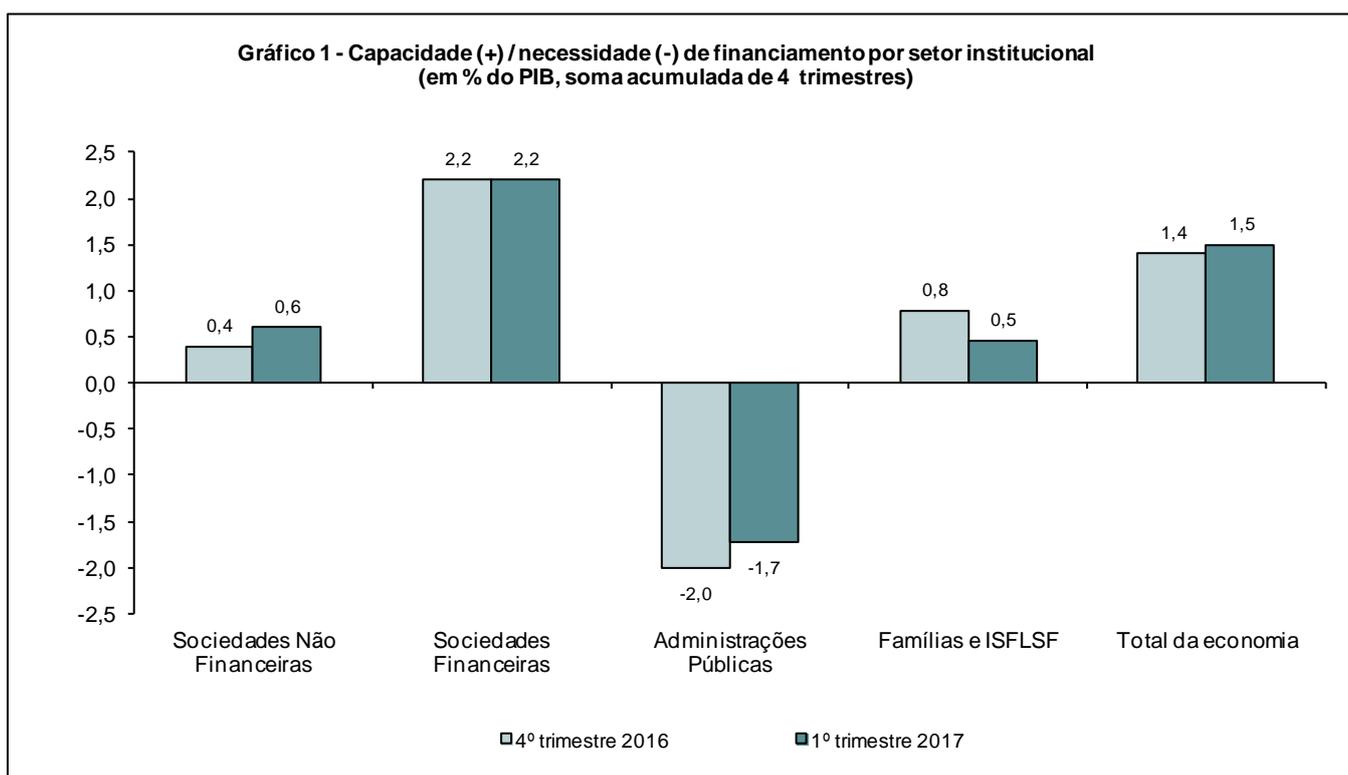
O RDB registou uma taxa de variação de 1,0%, superior ao acréscimo da despesa de consumo final (0,9%), conduzindo ao aumento de 1,7% da poupança bruta (taxa de variação idêntica à do trimestre anterior).

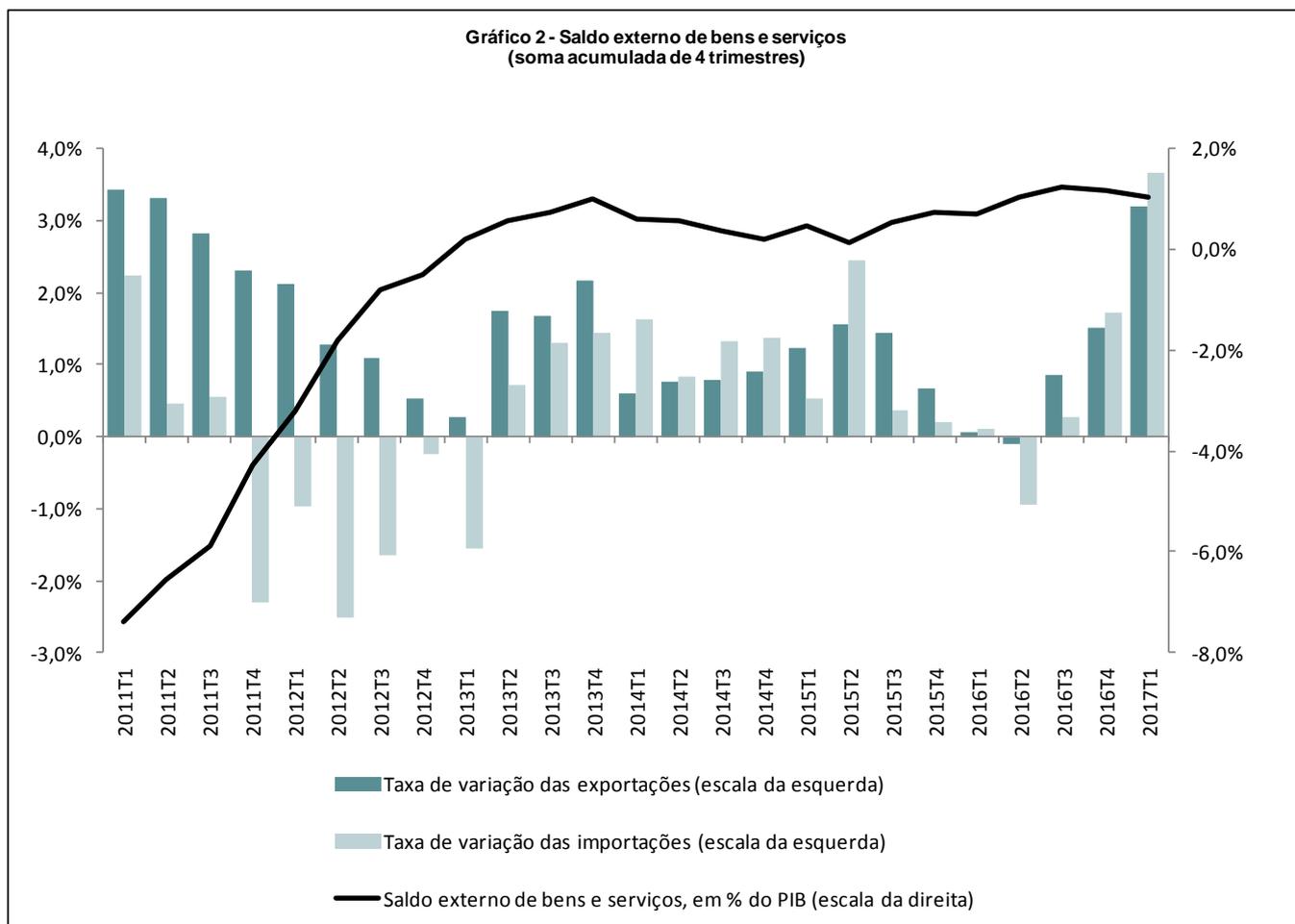
A poupança bruta da economia foi suficiente para financiar o aumento de 1,7% da Formação Bruta de Capital (FBC) e, em conjunto com o efeito positivo do saldo das transferências de capital, determinou um aumento da capacidade de financiamento para 1,5% do PIB (1,4% no ano terminado no trimestre anterior).

O gráfico 1 apresenta a evolução da capacidade (+)/necessidade(-) de financiamento da economia por setor institucional. A necessidade de financiamento das AP diminuiu 0,3 p.p., fixando-se em 1,7% do PIB. A melhoria do saldo das AP resultou essencialmente do aumento simultâneo das receitas de impostos sobre a produção e de contribuições sociais. Refira-se que este resultado não inclui qualquer impacto da recapitalização da Caixa Geral de Depósitos, tal como explicado na página 7.

O saldo das Sociedades Não Financeiras aumentou 0,2 p.p. para 0,6% do PIB no 1º trimestre de 2017, enquanto a capacidade de financiamento das Sociedades Financeiras estabilizou em 2,2% do PIB.

O saldo externo de bens e serviços diminuiu 0,2 p.p., fixando-se em 1,0% do PIB, refletindo os aumentos das exportações e importações de bens e serviços em 3,2% e 3,7%, respetivamente (ver gráfico 2).





Famílias: capacidade de financiamento diminuiu para 0,5% do PIB

A capacidade de financiamento das Famílias¹ diminuiu para 0,5% do PIB no ano acabado no 1º trimestre de 2017 (0,8% no trimestre anterior), refletindo sobretudo a redução da taxa de poupança.

A taxa de poupança das Famílias situou-se em 3,8% do rendimento disponível, menos de 0,5 p.p. que no trimestre anterior. Como se pode observar no gráfico 3, a redução da taxa de poupança resultou da variação mais intensa na despesa de consumo final que no

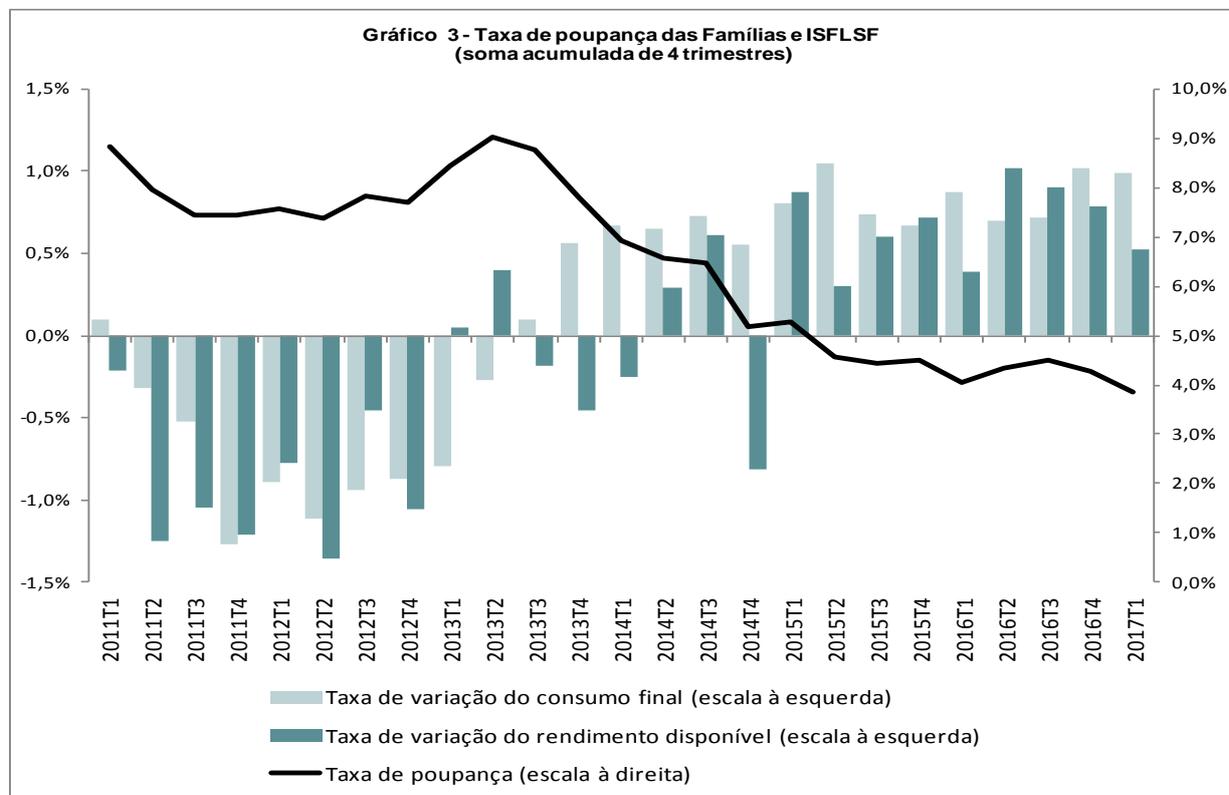
rendimento disponível (taxas de variação de 1,0% e 0,5%, respetivamente).

O crescimento do rendimento disponível das Famílias resultou principalmente do aumento de 0,9% das remunerações recebidas, que mais que compensou as reduções dos rendimentos líquidos de propriedade e do saldo das prestações sociais líquidas de contribuições.

Como se observa no quadro 1, com a decomposição da taxa de variação do rendimento disponível, as remunerações registaram a contribuição mais relevante (0,6 p.p.) para esta taxa. No quadro 2 apresenta-se a composição do rendimento disponível. No 1º trimestre de 2017, as remunerações representaram 64,2% do rendimento disponível e o excedente bruto/rendimento

¹ Inclui as Famílias e as instituições Sem Fim Lucrativos ao Serviço das Famílias (ISFLSF). Corresponde ao código S1M, nos ficheiros Excel em anexo.

misto 26,3% (64,0% e 24,3%, respetivamente, no trimestre anterior).



Quadro 1: Contributos para a variação percentual do rendimento disponível das Famílias e ISFLSF (p.p., soma acumulada de 4 trimestres)

	Remunerações	Excedente bruto de Exploração / Rendimento Misto	Rendimentos de propriedade líquidos recebidos	Prestações sociais líquidas de contribuições, excluindo Transf. sociais em espécie	Transferências líquidas recebidas	Impostos	Rendimento Disponível
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7) = (1)+...+(5) - (6)
2012T1	-0,7	0,0	-0,1	0,4	-0,4	0,0	-0,8
2012T2	-1,9	0,1	0,1	0,6	-0,1	0,2	-1,4
2012T3	-0,8	0,1	0,0	0,2	-0,2	-0,2	-0,5
2012T4	-1,6	0,3	-0,1	0,1	-0,1	-0,4	-1,1
2013T1	0,0	0,1	0,6	0,2	0,1	1,0	0,0
2013T2	0,0	0,1	0,2	0,3	0,0	0,1	0,4
2013T3	0,1	0,1	0,0	0,1	0,1	0,6	-0,2
2013T4	0,7	0,1	-0,3	-0,1	0,4	1,2	-0,5
2014T1	-0,2	0,1	0,0	-0,1	0,1	0,1	-0,3
2014T2	0,6	0,0	0,1	-0,5	0,1	0,1	0,3
2014T3	0,5	0,1	0,0	0,5	0,0	0,4	0,6
2014T4	-0,6	0,0	0,0	-0,5	-0,2	-0,4	-0,8
2015T1	0,5	0,1	0,2	-0,1	0,2	0,0	0,9
2015T2	0,5	0,0	-0,2	0,0	0,0	0,0	0,3
2015T3	0,1	0,1	0,3	0,1	0,0	-0,1	0,6
2015T4	0,5	0,1	-0,2	0,1	0,1	-0,1	0,7
2016T1	0,4	0,2	-0,1	-0,1	-0,1	0,0	0,4
2016T2	0,6	0,2	0,0	0,0	0,2	-0,1	1,0
2016T3	0,6	0,2	-0,4	0,0	0,1	-0,4	0,9
2016T4	0,7	0,3	0,2	-0,2	-0,1	0,1	0,8
2017T1	0,6	0,0	-0,1	-0,3	0,2	-0,1	0,5

Quadro 2: Peso percentual das componentes do rendimento disponível das Famílias e ISLSF (% soma acumulada de 4 trimestres)

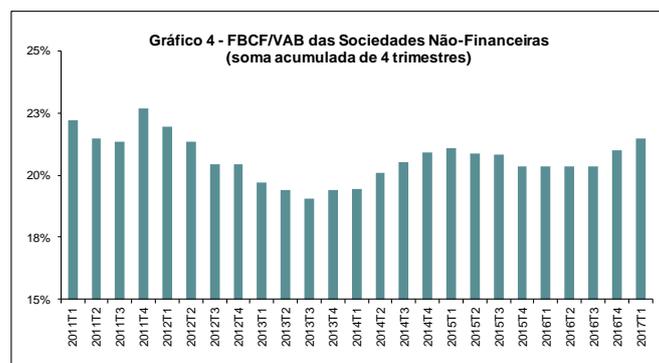
	Remunerações	Excedente bruto de Exploração / Rendimento Misto	Rendimentos de propriedade líquidos recebidos	Impostos	Prestações sociais líquidas de contribuições sociais, excluindo Transf. sociais em espécie	Transferências líquidas recebidas
2012T1	65,0	24,9	7,7	-8,6	7,1	3,8
2012T2	64,0	25,3	8,0	-8,8	7,8	3,8
2012T3	63,5	25,5	8,0	-8,7	8,0	3,6
2012T4	62,5	26,1	8,0	-8,4	8,3	3,5
2013T1	62,5	26,1	8,6	-9,4	8,5	3,6
2013T2	62,2	26,1	8,7	-9,4	8,8	3,6
2013T3	62,4	26,2	8,8	-10,1	8,9	3,7
2013T4	63,4	26,4	8,6	-11,3	8,8	4,1
2014T1	63,3	26,5	8,6	-11,5	8,8	4,2
2014T2	63,8	26,5	8,6	-11,5	8,3	4,3
2014T3	63,9	26,4	8,6	-11,8	8,7	4,2
2014T4	63,7	26,6	8,8	-11,4	8,2	4,1
2015T1	63,6	26,5	8,9	-11,3	8,1	4,2
2015T2	63,9	26,5	8,6	-11,3	8,1	4,2
2015T3	63,7	26,4	8,9	-11,1	8,1	4,1
2015T4	63,7	26,3	8,6	-10,9	8,2	4,1
2016T1	63,9	26,5	8,5	-10,9	8,1	4,0
2016T2	63,8	26,4	8,5	-10,6	7,9	4,1
2016T3	63,8	26,3	8,0	-10,2	7,8	4,2
2016T4	64,0	26,4	8,1	-10,2	7,6	4,1
2017T1	64,2	26,3	8,0	-10,1	7,2	4,3

Sociedades Não Financeiras: capacidade de financiamento fixou-se em 0,6% do PIB

A capacidade de financiamento das Sociedades Não Financeiras fixou-se em 0,6% do PIB no 1º trimestre de 2017, superior em 0,2 p.p. à registada no trimestre precedente. O Excedente Bruto de Exploração deste setor aumentou 1,3%, em resultado do crescimento do Valor Acrescentado Bruto (VAB) superior ao aumento das remunerações pagas.

O aumento do Excedente Bruto de Exploração mais que compensou o agravamento do saldo negativo dos rendimentos de propriedade, pelo que a poupança do setor aumentou 2,6%.

O investimento (FBCF) do setor cresceu 3,5% no ano acabado, o que determinou um acréscimo da taxa de investimento (medida através do rácio entre a FBCF e o VAB) em 0,5 p.p., para 21,5% no 1º trimestre de 2017.
Contas Nacionais – 1º trimestre de 2017



Sociedades Financeiras: capacidade de financiamento estabilizou em 2,2% do PIB

A capacidade de financiamento do setor representou 2,2% do PIB no 1º trimestre de 2017, idêntica à registada no trimestre anterior.

O VAB do setor financeiro diminuiu 0,4%, que compara com uma redução de 0,7% no ano terminado no 4º trimestre de 2016. O saldo dos rendimentos de propriedade diminuiu 1,4%, devido à diminuição dos rendimentos recebidos. Assim, a poupança do setor diminuiu 1,4%.

Setor das Administrações Públicas: défice diminuiu 0,3 p.p.

A necessidade de financiamento do setor das AP registou uma diminuição de 0,3 p.p. no ano terminado no 1º trimestre de 2017, relativamente ao trimestre anterior, fixando-se em 1,7% do PIB. A diminuição da necessidade de financiamento traduz o aumento da receita em 0,7%, face ao crescimento de 0,1% da despesa (ver quadros 3 e 4). Refira-se que este resultado não inclui qualquer impacto da recapitalização da Caixa Geral de Depósitos (CGD).²

Para o acréscimo da receita contribuiu o aumento das receitas de impostos sobre a produção e importação (1,0%), das contribuições sociais (1,2%) e da outra receita corrente (5,4%). Em sentido contrário,

² Iniciou-se no 1º trimestre de 2017 um plano de recapitalização da CGD, considerado como não constituindo uma ajuda de estado pela Comissão Europeia.

O valor total da recapitalização atingirá 4874 milhões de euros (4444 milhões de euros já realizados no 1º trimestre de 2017) dos quais 3944 milhões de euros foram suportados pelo Estado Português (o que corresponde a cerca de 2,1% do PIB).

Tendo em consideração a complexidade desta operação, o INE está envolvido num processo de diálogo e de troca de informações com a Comissão Europeia (Eurostat) sobre o seu registo em contas nacionais. Este processo terá como limite temporal março de 2018, quando o INE transmitir a 1ª notificação do Procedimento dos Défices Excessivos relativa a 2017.

observou-se uma redução das receita de impostos sobre o rendimento e património (-0,9%) e da receita de capital (-3,7%).

Para o ligeiro aumento da despesa contribuiu o acréscimo do consumo intermédio (1,6%) e, em menor grau, os aumentos da despesa de capital (2,2%) e da despesa com pessoal (0,3%), tendo as restantes componentes diminuído. O aumento das despesas com pessoal refletiu a reversão total das reduções remuneratórias, o aumento do montante atribuído a título de subsídio de refeição e ao acréscimo do número de trabalhadores no Serviço Nacional de Saúde e na Educação.

Tomando como referência valores trimestrais, e não o ano acabado no trimestre, o saldo das AP situou-se em -965,6 milhões de euros no 1º trimestre de 2017, correspondendo a -2,1% do PIB (-3,3% em igual período do ano anterior). Conforme se observa no quadro 5, verificou-se um aumento mais acentuado da receita (3,1%) comparativamente com o da despesa (0,3%), salientando-se os aumentos da receita de impostos sobre a produção e importação (4,2%), das contribuições sociais (5,1%) e da outra receita corrente (28,5%). O acréscimo da despesa decorreu sobretudo dos aumentos do consumo intermédio (7,5%) e da despesa de capital (12,5%), tendo sido atenuados pelas reduções de despesa com prestações sociais (1,4%) e com juros (4,2%).

O quadro 6 sintetiza os principais ajustamentos efetuados na passagem do saldo em contabilidade pública para o saldo em contabilidade nacional. Comparando o 1º trimestre de 2017 com o trimestre homólogo, verificou-se uma melhoria do saldo tanto em contabilidade pública como em contabilidade nacional, mais significativa no último caso.

Quadro 3: Receitas e Despesas do setor das Administrações Públicas no ano acabado no trimestre

Unidade: 10⁶ euros

	2016T1	2016T2	2016T3	2016T4	2017T1
Receitas totais	79 310,8	79 356,4	79 062,0	79 613,3	80 169,9
Receita corrente	78 059,6	78 261,9	78 135,8	78 671,6	79 263,2
Impostos sobre o rendimento e património	19 470,1	19 240,8	18 800,9	19 073,5	18 894,9
Impostos sobre a produção e importação	26 787,5	27 041,5	27 168,7	27 258,3	27 530,5
Contribuições sociais	20 904,6	21 089,7	21 272,8	21 595,4	21 846,7
Vendas	6 648,5	6 678,9	6 708,5	6 742,5	6 772,5
Outra receita corrente	4 248,9	4 211,1	4 184,9	4 001,9	4 218,6
Receita de capital	1 251,2	1 094,4	926,2	941,8	906,7
Despesas totais	86 092,8	85 727,7	85 927,5	83 335,7	83 402,1
Despesa corrente	78 771,3	78 882,0	79 450,1	79 695,0	79 682,1
Prestações sociais	34 713,2	34 868,9	34 977,6	35 006,6	34 893,0
Despesas com pessoal	20 319,0	20 481,0	20 669,4	20 847,1	20 916,3
Juros	7 972,7	7 925,6	7 866,8	7 836,0	7 755,6
Consumo intermédio	10 327,8	10 373,0	10 509,5	10 571,9	10 743,1
Subsídios	1 103,7	1 065,1	1 052,9	1 041,6	1 032,3
Outra despesa corrente	4 334,9	4 168,5	4 374,0	4 391,9	4 341,9
Despesa de capital	7 321,5	6 845,7	6 477,4	3 640,7	3 720,0
Investimento ⁽¹⁾	3 960,8	3 703,6	3 510,9	2 838,5	2 884,9
Outra despesa de capital	3 360,7	3 142,1	2 966,5	802,2	835,1
Saldo corrente	- 711,7	- 620,1	-1 314,3	-1 023,5	- 418,9
Saldo total	-6 782,0	-6 371,4	-6 865,5	-3 722,4	-3 232,2
<i>Por Memória:</i>					
Despesa corrente primária	70 798,6	70 956,5	71 583,4	71 859,0	71 926,5
Produto Interno Bruto, a preços de mercado	180 992,9	182 228,8	183 646,6	184 933,7	186 532,8
Défice em % PIB	-3,7%	-3,5%	-3,7%	-2,0%	-1,7%

Quadro 4: Taxas de variação das Receitas e Despesas do setor das Administrações Públicas no ano acabado no trimestre

Unidade: %

	2016T1	2016T2	2016T3	2016T4	2017T1
Receitas totais	0,5	0,1	-0,4	0,7	0,7
Receita corrente	0,6	0,3	-0,2	0,7	0,8
Impostos sobre o rendimento e património	0,2	-1,2	-2,3	1,5	-0,9
Impostos sobre a produção e importação	2,1	0,9	0,5	0,3	1,0
Contribuições sociais	0,6	0,9	0,9	1,5	1,2
Vendas	0,2	0,5	0,4	0,5	0,4
Outra receita corrente	-6,1	-0,9	-0,6	-4,4	5,4
Receita de capital	-4,2	-12,5	-15,4	1,7	-3,7
Despesas totais	-0,7	-0,4	0,2	-3,0	0,1
Despesa corrente	-0,3	0,1	0,7	0,3	0,0
Prestações sociais	0,2	0,4	0,3	0,1	-0,3
Despesas com pessoal	0,2	0,8	0,9	0,9	0,3
Juros	-2,7	-0,6	-0,7	-0,4	-1,0
Consumo intermédio	0,5	0,4	1,3	0,6	1,6
Subsídios	-0,6	-3,5	-1,1	-1,1	-0,9
Outra despesa corrente	-4,8	-3,8	4,9	0,4	-1,1
Despesa de capital	-4,9	-6,5	-5,4	-43,8	2,2
Investimento ⁽¹⁾	-7,5	-6,5	-5,2	-19,2	1,6
Outra despesa de capital	-1,7	-6,5	-5,6	-73,0	4,1

⁽¹⁾ Inclui Formação bruta de capital e Aquisições líquidas de cessões de ativos não financeiros não produzidos
Contas Nacionais – 1º trimestre de 2017

Quadro 5: Receitas e Despesas do setor das Administrações Públicas

	1º trimestre de 2016		1º trimestre de 2017		Variação em valor (%)
	milhões de euros	% PIB	milhões de euros	% PIB	
Receitas totais	17 751,3	40,0	18 307,8	39,8	3,1
Receita corrente	17 597,9	39,7	18 189,5	39,6	3,4
Impostos sobre o rendimento e património	3 894,5	8,8	3 716,0	8,1	- 4,6
Impostos sobre a produção e importação	6 450,6	14,5	6 722,8	14,6	4,2
Contribuições sociais	4 969,3	11,2	5 220,6	11,4	5,1
Vendas	1 524,3	3,4	1 554,3	3,4	2,0
Outra receita corrente	759,1	1,7	975,8	2,1	28,5
Receita de capital	153,4	0,3	118,3	0,3	- 22,9
Despesas totais	19 207,1	43,3	19 273,4	41,9	0,3
Despesa corrente	18 575,0	41,9	18 562,1	40,4	- 0,1
Prestações sociais	8 204,0	18,5	8 090,4	17,6	- 1,4
Despesas com pessoal	4 846,2	10,9	4 915,4	10,7	1,4
Juros	1 911,1	4,3	1 830,7	4,0	- 4,2
Consumo intermédio	2 284,4	5,2	2 455,7	5,3	7,5
Subsídios	175,9	0,4	166,6	0,4	- 5,3
Outra despesa corrente	1 153,3	2,6	1 103,3	2,4	- 4,3
Despesa de capital	632,1	1,4	711,3	1,5	12,5
Investimento ⁽¹⁾	495,6	1,1	542,0	1,2	9,4
Outra despesa de capital	136,5	0,3	169,3	0,4	24,1
Saldo corrente	- 977,2	- 2,2	- 372,6	- 0,8	
Saldo total	-1 455,8	- 3,3	- 965,6	- 2,1	

⁽¹⁾ Inclui Formação bruta de capital e Aquisições líquidas de cessões de ativos não financeiros não produzidos

Quadro 6: Passagem de saldos de Contabilidade Pública a Contabilidade Nacional

	Unidade: 10 ⁶ euros	
	2016T1	2017T1
Saldo em contabilidade pública:	- 867,7	- 592,3
Ajustamento accrual e delimitação setorial em Contas Nacionais	- 110,2	292,1
Diferença entre juros pagos e devidos	- 100,9	- 94,8
Outros valores a receber:	- 648,5	- 545,6
<i>Ajust. temporal de impostos e contribuições</i>	- 384,6	- 278,5
<i>Outros</i>	- 263,9	- 267,2
Outros valores a pagar:	159,6	175,7
<i>Encargos assumidos e não pagos</i>	- 125,7	- 116,4
<i>Outros</i>	285,3	292,1
Outros ajustamentos:	111,9	- 200,7
<i>dos quais:</i>		
<i>Injeções de capital e assunção de dívidas</i>	- 291,3	- 617,7
Saldo em contabilidade nacional:	-1 455,8	- 965,6
PIB Trimestral ⁽¹⁾	44 351,9	45 951,1
Saldo em contabilidade nacional em % do PIB	-3,3%	-2,1%

⁽¹⁾ Dados não ajustados de efeitos de calendário e de dias úteis

Economia nacional: Rendimento Nacional Bruto aumentou 0,8%

No 1º trimestre de 2017, o RNB registou uma variação nominal de 0,8%, menos 0,1 p.p. que a variação do PIB. Esta diferença foi determinada pelo agravamento do saldo negativo dos rendimentos de propriedade com o exterior (taxas de variação de -8,7% nos rendimentos recebidos e de -4,4% nos rendimentos pagos).

Quadro 7: PIB, RNB e RDB no ano acabado no trimestre

Ano acabado no trimestre	PIB		RNB		RDB	
	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)
2011T1	179 517	-0,2	174 405	0,3	175 652	0,4
2011T2	179 006	-0,3	174 291	-0,1	175 553	-0,1
2011T3	178 032	-0,5	174 346	0,0	175 665	0,1
2011T4	176 167	-1,0	172 772	-0,9	174 098	-0,9
2012T1	174 815	-0,8	170 492	-1,3	171 813	-1,3
2012T2	171 981	-1,6	167 743	-1,6	168 952	-1,7
2012T3	170 345	-1,0	165 903	-1,1	167 060	-1,1
2012T4	168 398	-1,1	164 317	-1,0	165 851	-0,7
2013T1	167 657	-0,4	164 354	0,0	165 926	0,0
2013T2	168 080	0,3	165 469	0,7	167 259	0,8
2013T3	168 905	0,5	166 374	0,5	168 206	0,6
2013T4	170 269	0,8	167 975	1,0	169 808	1,0
2014T1	170 737	0,3	168 339	0,2	170 435	0,4
2014T2	172 292	0,9	169 698	0,8	171 671	0,7
2014T3	173 378	0,6	170 891	0,7	172 996	0,8
2014T4	173 079	-0,2	170 117	-0,5	172 313	-0,4
2015T1	174 790	1,0	171 241	0,7	173 585	0,7
2015T2	176 524	1,0	172 094	0,5	174 395	0,5
2015T3	177 966	0,8	173 455	0,8	175 750	0,8
2015T4	179 504	0,9	174 353	0,5	176 847	0,6
2016T1	180 993	0,8	176 630	1,3	178 962	1,2
2016T2	182 229	0,7	177 771	0,6	180 517	0,9
2016T3	183 647	0,8	179 082	0,7	181 811	0,7
2016T4	184 934	0,7	181 110	1,1	183 678	1,0
2017T1	186 533	0,9	182 513	0,8	185 573	1,0

O RDB da nação registou um aumento de 1,0% no 1º trimestre de 2017, enquanto a despesa de consumo final da economia (que engloba as despesas de consumo final das Famílias e das AP) cresceu 0,9%, resultando num acréscimo de 1,7% da poupança bruta da economia.

A FBC para o total da economia situou-se em 15,1% do PIB no 1º trimestre de 2017 (mais 0,2 p.p. que no trimestre anterior). Apesar deste aumento, em consequência do acréscimo da poupança bruta e do crescimento das transferências de capital líquidas recebidas, verificou-se um aumento da capacidade de

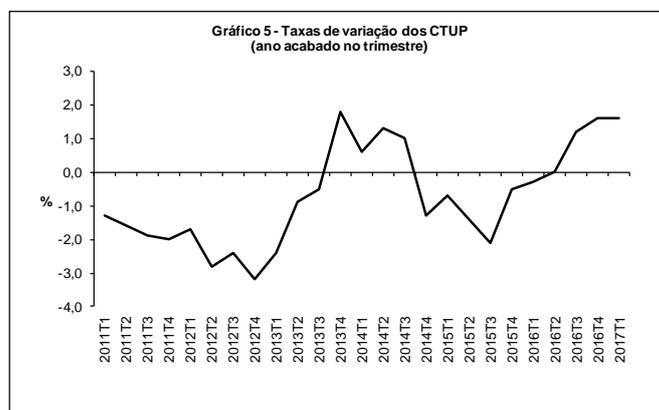
financiamento da economia em 0,1 p.p. para 1,5% do PIB no 1º trimestre de 2017.

Quadro 8 - Poupança e Capacidade (+)/Necessidade de Financiamento (-) un.:% do PIB

Ano acabado no trimestre	Poupança Bruta	Saldo das transferências de capital com o Resto do Mundo	Formação Bruta de Capital	Capacidade(+)/Necessidade(-) Líquida de Financiamento
2011T1	11,3	1,5	20,9	-8,1
2011T2	11,9	1,4	20,4	-7,0
2011T3	12,8	1,5	20,0	-5,7
2011T4	13,1	1,4	18,6	-4,0
2012T1	12,7	1,6	17,6	-3,3
2012T2	13,0	1,7	16,5	-1,8
2012T3	12,8	1,8	15,5	-0,8
2012T4	13,7	2,0	15,7	0,0
2013T1	14,3	1,8	15,1	1,0
2013T2	14,9	1,8	14,9	1,9
2013T3	15,2	1,7	14,9	2,0
2013T4	15,4	1,5	14,6	2,3
2014T1	15,4	1,6	15,0	2,0
2014T2	15,2	1,5	15,0	1,7
2014T3	15,3	1,5	15,2	1,7
2014T4	15,0	1,2	15,3	1,0
2015T1	14,9	1,2	15,1	1,0
2015T2	14,5	1,2	15,6	0,1
2015T3	14,8	0,9	15,5	0,3
2015T4	14,7	1,0	15,5	0,3
2016T1	15,1	0,9	15,5	0,5
2016T2	15,3	0,8	15,2	0,8
2016T3	15,3	1,0	15,0	1,2
2016T4	15,4	0,9	14,9	1,4
2017T1	15,6	1,0	15,1	1,5

Custos do trabalho por unidade produzida (CTUP) aumentam 1,6%

No ano acabado no 1º trimestre de 2017, os CTUP registaram um aumento de 1,6%, taxa idêntica à registada no trimestre anterior. Este aumento resultou do acréscimo de 1,3% da remuneração média e da redução de 0,3% da produtividade.



Revisões das estimativas apresentadas no trimestre anterior

As Contas Trimestrais por Setor Institucional agora apresentadas incorporam nova informação com as consequentes revisões das estimativas anteriores de alguns agregados. Assim, comparativamente com a publicação anterior referente ao 4º trimestre de 2016,

as revisões refletem a incorporação dos resultados atualizados das contas trimestrais para o conjunto da economia, publicados a 31 de Maio passado. Adicionalmente foram também integradas as versões mais recentes da Balança de Pagamentos e das Estatísticas Monetárias e Financeiras produzidas pelo Banco de Portugal.

Notas metodológicas

Os resultados têm uma natureza preliminar dado que a informação de base utilizada está sujeita a revisões, e o tratamento de algumas transações pode ainda ser alterado nomeadamente com a incorporação da informação resultante da compilação de contas anuais.

As CTSI diferem das Contas Nacionais Trimestrais (CNT) por não serem ajustadas de sazonalidade. Salvo indicação em contrário, a análise descritiva e os gráficos apresentados referem-se ao ano acabado no trimestre de referência (o que permite eliminar flutuações sazonais e reduzir o efeito de oscilações irregulares). Na comparação de trimestres consecutivos são, em regra, utilizadas taxas de variação em cadeia entre o ano acabado em cada trimestre e o ano acabado no trimestre precedente. As CTSI são apresentadas exclusivamente em termos nominais.

Os agregados estimados baseiam-se no Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais (SEC 2010), sendo de destacar as seguintes definições:

Capacidade (+)/necessidade (-) de financiamento - A capacidade ou a necessidade de financiamento (B.9) é o montante líquido dos recursos que o setor institucional coloca à disposição dos restantes setores (se for positivo) ou que recebe dos restantes setores (se for negativo). Para o total da economia, a capacidade ou a necessidade de financiamento é igual, mas de sinal contrário, à necessidade ou à capacidade de financiamento do resto do mundo.

Consumo final – O consumo final corresponde à despesa realizada por unidades institucionais residentes com a aquisição de bens e serviços utilizados para a satisfação direta de necessidades individuais ou coletivas.

Custos do Trabalho por Unidade Produzida (CTUP) – Mede o custo médio do trabalho por unidade produzida e é calculado como o rácio entre a remuneração média por trabalhador remunerado e o PIB real por indivíduo empregado.

Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) – A Formação Bruta de Capital Fixo (P.51g) engloba as aquisições líquidas de cessões, efetuadas por produtores residentes, de ativos fixos durante um determinado período e ainda determinados acréscimos ao valor de ativos não produzidos obtidos através da atividade produtiva de unidades de produção ou institucionais. Os ativos fixos são ativos corpóreos ou incorpóreos resultantes de processos de produção, que são por sua vez utilizados, de forma repetida ou continuada, em processos de produção por um período superior a um ano.

Formação Bruta de Capital (ou Investimento) – A Formação Bruta de Capital (ou Investimento) (P.5) inclui a FBCF, a Variação de Existências (P.52) e as Aquisições (Líquidas de Cessões) de Objetos de Valor (P.53).

Rendimento disponível – Corresponde ao valor que cada setor institucional dispõe para afetar à despesa de consumo final ou à poupança.

Rendimento Nacional Bruto (RNB) – O Rendimento Nacional Bruto (a preços de mercado), representa o conjunto dos rendimentos primários recebidos pelas unidades institucionais residentes: remuneração dos empregados, impostos sobre a produção e importação líquidos de subsídios, rendimentos de propriedade (a receber menos a pagar), excedentes de exploração brutos e rendimento misto bruto.

Rendimentos de propriedade – Corresponde aos rendimentos a receber pelo proprietário de um ativo financeiro ou de um ativo não produzido corpóreo para remunerarem o facto de pôr fundos ou o ativo não produzido corpóreo à disposição de outra unidade institucional.

Poupança – A poupança mede a parte do rendimento disponível que não é afeta à despesa de consumo final. Se a poupança é positiva, o rendimento não despendido é consagrado à aquisição de ativos ou à redução de passivos. Se a poupança é negativa, certos ativos são liquidados ou certos passivos aumentam.

Produto Interno Bruto (PIB) – O Produto Interno Bruto (a preços de mercado) representa o resultado final da atividade de produção das unidades produtivas residentes. Pode ser definido de três formas: 1) o PIB é igual à soma dos valores acrescentados brutos dos diferentes setores institucionais ou ramos de atividade, aumentada dos impostos menos os subsídios aos produtos (que não sejam afetados aos setores e ramos de atividade) – ótica da produção; 2) o PIB é igual à soma dos empregos finais internos de bens e serviços (consumo final efetivo, formação bruta de capital), mais as exportações e menos as importações de bens e serviços – ótica da despesa; 3) o PIB é igual à soma dos empregos da conta de exploração do total da economia (remunerações dos trabalhadores, impostos sobre a produção e importações menos subsídios, excedente bruto de exploração e rendimento misto do total da economia) – ótica do rendimento.

Setor institucional – O setor institucional agrupa as unidades institucionais que têm um comportamento económico similar. As unidades institucionais são classificadas em setores tendo como base o tipo de produtor que são e dependendo da sua atividade principal e função, sendo estes considerados como indicativos do comportamento económico das unidades. Cada unidade institucional pertence a um único setor.

Taxa de investimento – A taxa de investimento representa o rácio entre a FBCF e o Valor Acrescentado Bruto (VAB).

Taxa de poupança das Famílias – A taxa de poupança das Famílias mede a parte do rendimento disponível que não é utilizado em consumo final, sendo calculada através do rácio entre a poupança bruta e o rendimento disponível (inclui ajustamento pela variação da participação líquida das Famílias nos fundos de pensões).

Relativamente ao saldo das AP em contabilidade nacional e em contabilidade pública, importa esclarecer o seguinte:

No apuramento do défice orçamental na ótica das Contas Nacionais é necessário proceder a um conjunto de ajustamentos aos resultados apurados em Contabilidade Pública. A Contabilidade Pública obedece a uma ótica de caixa, registando-se todas as despesas que são pagas no período contabilístico. Em Contas Nacionais registam-se os encargos assumidos num determinado período contabilístico independentemente do seu pagamento ocorrer noutro período. Simetricamente excluem-se pagamentos respeitantes a encargos assumidos noutros períodos. Outro importante ajustamento efetuado está relacionado com a delimitação setorial do setor das AP, onde são incluídas entidades que não estão integradas no saldo em Contabilidade Pública mas que pertencem ao setor institucional das AP na ótica das Contas Nacionais e são retiradas entidades que não integram esse setor, mas estão incluídas no saldo em Contabilidade Pública. Finalmente há operações que, de acordo com o quadro conceptual das Contas Nacionais, têm uma classificação específica, nomeadamente alguns casos em que a aquisição por entidades das AP de participações de capital de outras entidades são contabilizadas como transferências de capital e não como operações financeiras, sendo necessário proceder aos ajustamentos correspondentes.